

REFLEXÕES SOBRE A ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA E SUA VERTENTE SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

REFLECTIONS ON BRAZILIAN ARCHIVOLOGY AND ITS SOCIAL SITUATION IN CONTEMPORARITY

Danielle Alves de Oliveira¹
Diego Andres Salcedo²

RESUMO

O artigo tem como objetivo discutir criticamente o cenário atual da Arquivologia brasileira, visando perceber como a área está se afastando da sua vertente social e cultural para atender prioritariamente às demandas primárias da administração. Outrossim, pretende-se ainda, problematizar o papel do Estado na consolidação do esquecimento nos arquivos brasileiros. Para atingir tal finalidade, o procedimento metodológico foi a análise bibliográfica e documental. Conclui-se que é urgente a necessidade de ampliar o conhecimento do arquivista em direção a conceber a função social de sua profissão para que os arquivos apresentem documentos que possam ser relevantes para a preservação da memória coletiva.

Palavras-Chave: Arquivologia; memória; função social.

ABSTRACT

The article aims to critically discuss the current scenario of Brazilian Archival Science, aiming to understand how the area is moving away from its social and cultural aspect to primarily meet the primary demands of the administration. Furthermore, it is also intended to discuss the role of the State in the consolidation of oblivion in Brazilian archives. To achieve this purpose, the methodological procedure was bibliographic and documental analysis. It is concluded that there is an urgent need to expand the knowledge of the archivist towards conceiving the social function of his profession so that the archives present documents that may be relevant for the preservation of the collective memory.

Key-words: Archival science; memory; social role.

Data de submissão: 01 jan. 2022

Data de aprovação: 22 jun. 2022

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos se originaram a partir da necessidade de registrar e controlar as relações cotidianas da sociedade, destacando-se nesse cenário, as relações comerciais. Contudo, enquanto instituição, os arquivos, provavelmente, tiveram origem na antiga

¹ Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Arquivista pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Atualmente, é professora do Departamento de Ciência da Informação da UFPB. E-mail: prof.danielle.alves@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6833-0896>.

² Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente é professor do Departamento de Ciência da Informação da UFPE. E-mail: salcedo.da@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5936-279X>.

civilização grega com a guarda de documentos relevantes para o governo, segundo destaca Schellenberg (2012).

A Arquivologia, por sua vez, teve suas origens a partir da necessidade de atender às demandas administrativas, e posteriormente, como matéria prima da História. Contudo, a área foi ganhando novos desdobramentos a partir da ampliação da noção de arquivos e da sua abertura para a sociedade. Nesse sentido, a Arquivologia se consolidou a partir de uma dupla função: apoiar a atividade administrativa (valor primário) e possibilitar a ressignificação da memória social (valor secundário). Corroborando desta perspectiva Heloísa Bellotto (2017, p. 75) afirma os “arquivos têm múltipla razão de ser [...]: uma delas é o incremento à eficiência administrativa [...]; outra é de ordem cultural, integrante do patrimônio documental local e nacional”, no qual a sociedade deve ter acesso.

Entretanto, diante dos imperativos do século XXI em torno da eficiência administrativa, o uso de tecnologias e a necessidade de transparência pública, percebemos que a Arquivologia no Brasil vem se pautando cada vez mais pelo interesse primário dos acervos. Santos (2010) assegura que é possível vislumbrar essa realidade nas legislações arquivísticas atuais, o que vem consagrando o país na concepção da racionalidade administrativa para atender as necessidades do Estado.

Consequência desse cenário, o processo de avaliação documental nos arquivos públicos muitas vezes ocorre de forma mecânica, sem a presença de pessoas especializadas nas diversas áreas, e, portanto, sem refletir os aspectos sociais, históricos e culturais dos acervos. Jardim (1995) destaca que é fundamental que os arquivistas compreendam a noção de memória, para que as práticas arquivísticas sejam desenvolvidas com mais responsabilidade social.

Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo discutir o cenário atual da Arquivologia brasileira, visando perceber como a área está se afastando da sua vertente social e cultural para atender prioritariamente as demandas primárias da administração. Ademais, pretende-se ainda, problematizar o papel do Estado na consolidação do esquecimento nos arquivos brasileiros.

O interesse por essa temática advém da prática profissional dos autores enquanto arquivistas e professores em instituições públicas e privadas no Brasil. Metodologicamente, fizemos uso da pesquisa bibliográfica e documental, a fim de apoiar as reflexões apresentadas.

2 APONTAMENTOS SOBRE A ARQUIVOLOGIA E A SUA FUNÇÃO SOCIAL

O campo relacionado aos arquivos tem uma longa trajetória enquanto campo profissional e prática institucional, contudo, o seu delineamento enquanto disciplina científica autônoma ocorreu apenas no final do século XIX. Os primeiros arquivos, institucionalizados, surgiram pela necessidade de salvaguarda da memória, portanto, estavam voltados para a guarda e a preservação de acervos documentais do governo. Araújo (2013) destaca que neste período, a produção simbólica humana era compreendida como um “tesouro” que precisaria ser devidamente preservado, sendo objeto assim, de uma visão meramente patrimonialista e memorialística.

Com a Revolução Francesa e os ideais liberais decorridos no final do século XVIII, surge a perspectiva de Arquivos Nacionais, onde todos os documentos representativos para a nação deveriam estar reunidos em único local, formando assim, grandes coleções. A acumulação e a guarda no Arquivo Nacional Francês, ocorria a partir de temas previamente estabelecidos, contudo, com o passar do tempo, percebeu-se que era necessário capacitar os profissionais da instituição e padronizar as técnicas utilizadas, visando uma melhor recuperação informacional. Neste sentido, surgem os primeiros cursos profissionalizantes, voltados essencialmente, para a administração de arquivos, destacando nesse cenário, o curso da *École des Chartes*, criado em 1821, conforme destaca Araújo (2013).

No século XX a concepção de arquivos começa a ganhar novas dimensões, amparada, sobretudo, no discurso da eficácia no campo da administração. Pesquisadores e teóricos começaram a questionar a função das instituições arquivísticas no modelo custodial, onde o acesso não era regra. Araújo (2013, p. 64) comenta que neste período, “adjetivos como, “vivo”, “dinâmico” e “ativo” começam a ser usados para apontar a direção de uma necessária mudança a ser operada nos arquivos de modo a se combater sua inércia e seu fechamento sobre si mesmo”. Portanto, começam a propor a adequação da função dos arquivos para a sociedade.

A partir deste contexto, e com o grande volume de documentos produzidos e acumulados no período pós-guerra, surge a ideia do ciclo documental, onde o profissional deveria acompanhar e controlar as etapas de produção, utilização, conservação e destinação de documentos, inserindo-se assim, em todas as esferas da administração pública. Jardim e Fonseca (1998) afirmam que a partir de então, os

profissionais, antes limitados a receber e preservar os documentos produzidos pelo Estado, passaram a assumir a liderança na execução das políticas públicas relacionadas à Gestão de Documentos.

Essa nova concepção vinha de encontro com a Arquivística norte-americana e de alguns países anglo-saxônicos, que dividia essas atividades em dois profissionais distintos: *archives*, responsáveis pelo arquivo de valor histórico e os *record Managers*, aqueles responsáveis pela gestão de documentos em uma instituição.

Sobre os impactos dessa segmentação, Fonseca (2011) afirma que essa cisão vai muito além do que se poderia qualificar como questões corporativas e profissionais, chegando mesmo, a estabelecer uma separação entre o campo da Arquivologia e a Gestão de Documentos. Porém, na tentativa de superar essa divisão, os arquivistas canadenses formularam o conceito de uma arquivística integrada, onde os documentos são vislumbrados a partir de uma concepção orgânica.

Com o passar do tempo e com as estratégias encontradas para unir essas duas atividades, a Arquivologia foi encontrando o seu ponto de equilíbrio, entendendo os arquivos, numa perspectiva sistêmica, onde os documentos passariam por fases (corrente, intermediária e permanente), e ao profissional, cabe diferenciar as atividades inerentes a cada momento.

Apesar do estabelecimento das diretrizes nesta visão integrada, percebe-se que a ideia de acervo histórico vai se perdendo, e é criada a ideia de arquivo permanente, no qual, se privilegia questões probatórias e informativas da instituição produtora. Kobashi e Amaral (2017, p. 3) afirmam que “[...] essas linhas de pensamento e de ação procuram desconectar o documento de sua função histórica, por ser ele, uma peça resultante de uma ação, ou utilizada para praticá-la, e não propriamente uma fonte de informação”.

O fato é que com a chegada do século XXI e a concepção da importância da informação como elemento estratégico da administração, e, sobretudo, como direito constitucional, os arquivos vão se delineando cada vez mais como ferramenta administrativa. A noção de memória vem, por sua vez, sendo atrelada à perspectiva de “memória institucional”, visto que os documentos destinados à guarda permanente, devem ser avaliados a partir do valor evidencial e valor informativo com foco na instituição produtora, conforme ressalta Schellenberg (2012).

A atividade de avaliação é o ponto mais complexo da atividade do arquivista e com mais divergências teóricas e conceituais. Segundo o Dicionário de Terminologia

Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 41), a avaliação consiste no “[...] processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece os prazos de guarda e destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos”. Conforme fora dito anteriormente, nos últimos anos, percebe-se o foco tem sido mais o interesse administrativo do que o social, o que vem refletindo diretamente na falta de interesse da sociedade em consultar os arquivos.

Aprofundando ainda mais essa discussão, José Maria Jardim (1995) afirma que a justificativa da avaliação tende a privilegiar a memória como uma construção técnica do arquivista, uma vez que é ele o responsável por emitir valores, e, portanto, apontar o que será elevado ao valor secundário. Assim, o autor supracitado afirma:

Faz-se necessário que a arquivologia debruce-se sobre o tema da memória de modo a favorecer uma revisão dos aspectos teóricos e metodológicos da avaliação e seleção de documentos. Parece urgente, no mínimo, operar com uma noção/conceito de memória que privilegie os seus aspectos como construção social, e não como dado arqueologizável. (JARDIM, 1995, p. 8).

Visando mudar esse olhar no estabelecimento dos valores Ciaran Trace (2016, p. 100-101) sugere:

Os arquivistas poderiam se envolver com teorias acadêmicas de outras disciplinas que tratam de temas localizados no cerne do trabalho de avaliação, abrindo novas vias de reflexão sobre o que é importante para os indivíduos, as instituições e a sociedade. Nós poderíamos analisar discursos sobre o conhecimento em torno dos chamados paradigmas transformativos (feminismo ou teoria crítica racial, por exemplo) ou optarmos por estudar paradigmas que adotam uma metodologia interpretativa ou construtivista (fenomenologia, hermenêutica, interação simbólica, etnometodologia etc.). [...] Com o apoio desses métodos, a noção arquivística de valor poderia ser tomada para análise como apenas uma parte de um retrato mais amplo do arquivo enquanto instituição cultural, social, política e ideológica.

Contudo, como privilegiar o aspecto social dos arquivos se a formação vem engessando os arquivistas a pensar a sua prática de forma tecnicista? Os acervos de valor secundário não estão sendo vislumbrados de forma a atender as necessidades dos usuários, e sim, como passagem natural do interesse administrativo em provar e testemunhar. Diante deste contexto, Bellotto (2017) afirma que a formação dos arquivistas deve ser repensada de modo a favorecer as duas funções centrais da atividade profissional, mas sobretudo, fazer o arquivista refletir acerca das consequências de suas ações. Mais do que atender aos interesses administrativos, o arquivista deve compreender que sua profissão tem uma grande responsabilidade social.

Assim, a autora supracitada assegura que um dos eixos centrais do ensino deveria ser a sociologia. (BELLOTTO, 2017).

Na obra “*A sociologia e o mundo moderno*”, Octavio Ianni (1989) ressalta que a sociologia nasce e desenvolve-se como o Mundo Moderno, a partir da necessidade de refletir as principais épocas e transformações. Nesse sentido, o autor afirma: “Trata-se de criar novos procedimentos de reflexão, de modo a fazer face às originalidades dos fatos, acontecimentos e dilemas que caracterizam a vida social no Mundo Moderno”. (IANNI, 1989, p. 9).

Assim, a Sociologia ajudaria o profissional a compreender a dinâmica social, conhecer os múltiplos usuários e a desenvolver suas atividades de forma menos tecnicista. Para tanto, deve-se destacar que a falta dessa disciplina nos cursos, assim como disciplinas que reflitam acerca da relevância dos acervos para a ressignificação da memória social, talvez ocorra pelo interesse do Estado em potencializar esquecimentos.

Conforme destaca Ricouer (2007) o esquecimento é componente inerente da memória, entretanto, é possível perceber como o Estado e as estruturas de poder vigentes vêm utilizando de estratégias políticas para atender às suas necessidades e fomentar silenciamentos. Esse cenário fica ainda mais evidente ao percebemos as legislações e normativas que vêm sendo publicizadas pelo governo nos últimos anos.

Corroborando com essa discussão, Assmann (2011) assegura que os arquivos podem se configurar como instrumentos de controle e poder. Exemplos dessa realidade podem ser vistas na própria vinculação do Arquivo Nacional ao Ministério de Justiça e Segurança Pública, na necessidade de redimensionar a lei de Acesso à informação para aumentar a possibilidade de classificação de sigilo das informações públicas e no projeto de Lei “queima de arquivos” (PL nº 7.920/2017).

Diante deste cenário, ressaltamos Assmann (2011, p. 368) quando ela enfatiza: “não há poder político sem o controle sobre os arquivos, sem o controle sobre a memória. [...] Depois de uma mudança de poder político, a existência do arquivo se desloca juntamente com as estruturas de legitimação”. Diante desta discussão, fica evidente que os arquivos, e conseqüentemente o seu poder em evocar a memória, pode ser extremamente perigoso para grupos dominantes da sociedade.

Aleida Assmann (2011, p. 369) destaca também, que a forma como a memória é compreendida no seio da sociedade, depende ainda dos regimes governamentais, uma vez que “[...] os regimes totalitários eliminam a memória de armazenamento em favor da

memória funcional, enquanto os regimes democráticos tendem a expandir a memória de armazenamento às custas da memória funcional”.

Apesar do Brasil figurar-se como país democrático, percebe-se fortemente a necessidade de alguns grupos políticos em fomentar que os arquivos permaneçam inacessíveis ou com informações que reafirmem a autoridade ou a memória das elites brasileiras. “A memória coletiva nesse espaço de disputa sofre com um processo seletivo e de manipulação, no qual um grupo pode se sobrepor a outro”. (ALBUQUERQUE; OLIVEIRA; GAUDÊNCIO, 2015, p. 237-238).

Nesse sentido, vale recuperar o que Salcedo (2006, p.110) propunha com relação aos arquivos enquanto instituições socialmente construídas e valoradas, a saber: “[...] por um lado o arquivo é uma instituição, elemento de uma estrutura social que reflete a cultura que a gerou e, por outro lado, atua em retorno veiculando seus valores, crenças e padrões, contribuindo para preservação e disseminação da própria cultura”.

Nesse sentido, reafirmamos que os arquivos são importantes instrumentos no processo de ressignificação da memória social, contudo, essa relevância ficará ainda mais consolidada se os arquivistas atentarem para a importância do processo de avaliação, respeitando não só o valor funcional dos documentos, mas também, o seu potencial informacional, cultural e de memória.

Quando se perde o valor funcional direto dos documentos, deve haver uma interpretação crítica deles, caso se queira que o inventário de informações não se degenera à condição de mera memória de armazenamento ou de um repositório material. Os arquivos que armazenam materiais devem ser lidos e interpretados se o seu conteúdo tiver que ser resgatado para a memória. O arquivo adquire um significado de destaque como memória potencial ou pré-condição material para memórias culturais futuras. (ASSMANN, 2011, p. 369).

Em contraponto, Santos (2010) assegura, porém, que conservar os arquivos, mas também o seu potencial de memória, é um processo bastante ambicioso, que só será possível, se formos coletar mais de perto a realidade das práticas documentais. A arquivística brasileira acostumou-se a trabalhar baseando as suas práticas em “manuais³” pré-estabelecidos, portanto, sem refletir sobre a sua atividade.

O saber arquivístico é construído basicamente em torno de perguntas como “o quê?” e “como?”, mas raramente em torno da pergunta “por quê?”. Pode-se acrescentar que, para qualquer projeto científico, mas particularmente para uma ciência relacionada ao humano, a ausência desta terceira pergunta coloca problemas singulares. [...] predomina a pergunta “O que?” (na seleção e eliminações). Quanto ao “como?” é, sobretudo, um “como fazer?” (nas normas

³ Por mais que esse cenário tenha começado a ser modificado após a década de 90, com a produção de inúmeros livros e artigos, percebe-se que na prática profissional, os manuais e documentos técnicos, ainda são as referências prioritárias para o fazer arquivístico.

ou na relação com os documentos eletrônicos), como se a observação dos fenômenos arquivísticos não pudesse ser conduzida sem uma intenção puramente especulativa, sem fins práticos ou didáticos (tabelas de temporalidade, planos de classificação) [...] (HOTTIN, 2003, p. 101)

Cientes dessa condição, reafirmamos que o nosso interesse ao discutir essa temática, é chamar a atenção para o potencial social e cultural dos arquivos, e conseqüentemente, de como a noção de memória está sendo vislumbrada pelos arquivistas de forma arqueologizável.

A memória tende a ser tratada como elemento *sine qua non* de documentos produzidos no passado. Nesse sentido, Thiesen (2013) pondera que é necessário desnaturalizar a noção de memória e compreender que a memória é uma construção social e não um reservatório de dados sem sentido, por isso, o arquivista deve ter a consciência da sua ação, e buscar desenvolver o processo técnico de avaliação, com respeito não apenas ao interesse administrativo, mas também, ao interesse social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi dito, a profissão do arquivista desenvolveu-se paulatinamente, a partir da conscientização da relevância do valor dos documentos e a importância de se buscar metodologias para padronizar as técnicas utilizadas na custódia, gestão e preservação. Contudo, é perceptível, ao observarmos o cenário atual das práticas arquivísticas que o valor dos documentos está se restringindo ao valor administrativo, mesmo, ao chegar na fase permanente.

Propondo mudar esse cenário, Rastas (1992) assegura que é urgente a necessidade de ampliar o conhecimento do arquivista em direção a conceber a sua função social, por isso, a sua formação deve ter conteúdos que possibilitem compreender as estruturas das instituições arquivísticas, a sociedade onde estamos inseridos, legislação, e, sobretudo, o uso dos arquivos.

Os arquivos existem para atender às necessidades dos usuários, seja administrativa ou cultural, por isso, é preciso refletir e problematizar a noção de memória na formação dos arquivistas brasileiros a partir de sua comunidade. Contudo, conforme destaca Pierre Bourdieu (1983), todo Campo, inclusive o Campo Científico, é um espaço de forças e lutas e possui regras próprias.

Nesse sentido, é preciso buscar estratégias para perpassar e transportar as

barreiras, e assim, possibilitar que novas regras sejam criadas. Nesse sentido, por exemplo, Salcedo (2006, p.105) instigou o debate epistemológico na Ciência da Informação ao indicar que “cada campo do saber relaciona sua(s) linha(s) de investigação à informação [seja ou não na Arquivologia] numa perspectiva ideológico-discursiva, buscando adequar seu uso às causas pertinentes da área”.

A sociedade é a grande mola propulsora para a transformação, portanto, é extremamente necessário que ela atente para o cenário atual dos arquivos brasileiros e lute contra o esquecimento no qual a elite dominante vem operando. Corroborando com essa vertente, José Maria Jardim (1995) chama a atenção para a invenção da memória nos arquivos públicos. Segundo ele, o Estado vem controlando as práticas arquivísticas isoladas do universo social mais amplo, ocasionando assim, na reificação da produção do esquecimento.

Vale salientar porém, que a construção do esquecimento nunca ocorre por um único viés, neste sentido, o autor anteriormente citado destaca que um das características mais fortes do Brasil é a necessidade de se mostrar como centro do desenvolvimento e da modernidade: “o Estado brasileiro tem sido identificado como arauto do novo e da modernidade e, portanto, projeto de futuro”. (JARDIM, 1995, p. 9). Nesse sentido, a identidade é construída a partir da negação de um passado e a conjectura de um futuro.

Talvez seja por isso, a necessidade cada vez mais latente, de operar um projeto de modernização dos arquivos – justificada pela necessidade de acesso –, onde todo o acervo estará disponível em um único *clique*. Salientamos que não somos contra o processo de digitalização e automação de acervos arquivísticos, contudo, defendemos que esses processos não podem ser concebidos a qualquer custo e sem o planejamento adequado, para não ocasionar o que Lisboa (2011) define como “amnésia digital”. Além disso, é preciso avaliar o que está sendo preservado e qual a sua finalidade.

Talvez, essa possibilidade de definir o que deverá ser preservado permanentemente e acessível ao pesquisador, seja o grande obstáculo que impede o fazer arquivístico de forma integrada e centrada na sua função social. Os arquivos hoje são vislumbrados como elementos centrais de prova e informação, não é à toa que o Arquivo Nacional é ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Neste sentido, é preciso operar uma mudança urgente em busca de uma reflexão que nos leve a ressignificar o papel do Estado, da sociedade e dos arquivistas frente a esse cenário de esquecimento. Assmann (2011, p. 368-369) destaca que “não há poder

político sem controle do arquivo, mas sem arquivo, também não existe espaço público e nem crítica”, por isso, é importante encontrar um espaço de convergência para atender a função social dos arquivos e a sua função de gestão.

Por fim, reafirmamos que a Arquivologia necessita ser encarada como uma ciência, e por isso, deve ser questionada, problematizada e repensada. Não é mais possível uma área do conhecimento que se apoie, quase que inteiramente em manuais técnicos e ignore o pensar epistemológico.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. E. B. C. de; OLIVEIRA, B. M. J. F. de; GAUDÊNCIO, S. M. Memória de poetas populares na internet: uso da plataforma Wordpress na preservação e acesso a artefatos poéticos da literatura de cordel brasileira. **LIINC em Revista**. v. 11, n. 11, p. 233-254., 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3sKVL0l>. Acesso em: 12 nov. 2021.
- ARAÚJO, C. A. Á. Correntes teóricas da Arquivologia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 61-82, mai./ago., 2013.
- ARQUIVO NACIONAL. (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.
- ASSMANN, A. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas [SP]: Unicamp, 2011.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte [MG]: UFMG, 2017.
- BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. *In*: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- FONSECA, M. O. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- HOTTIN, C. L’archivistique est-elle une science? Réactions aux journées d’études organisées par l’École des chartes et l’Association des archivists français à la Sorbonne (salle Louis-Liard) les 30 et 31 janvier 2003. **Labyrinthe**, n.16, p.99-105, 2003.
- IANNI, O. A sociologia e o mundo moderno. *Tempo Social*; **Rev. Sociológica**. USP: São Paulo. n. 1., 1989.
- JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. Arquivos. *In*: **Formas e expressões do conhecimento**. Belo Horizonte [MG]: Escola de Biblioteconomia, 1998.
- JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**,

Brasília, v.25, n.12, p.1-13, 1995.

KOBASHI, N. Y.; AMARAL, C. Organização da Informação nos Arquivos: Indexação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais...** Marília, UNESP, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3Jxzo4i>. Acesso: 22 out. 2020.

LISBOA, Pablo Fabião. Memória e arquivos digitais: outras maneiras de lembrar e esquecer. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 5, 2011, Pelotas. **Anais...** Pelotas [PR]: UFPel, 2011. p. 864-874

RASTAS, P. **Manuals and textbooks of Archives Administration and Records Management**: RAMP Study. UNESCO: Paris, 1992.

RICOEUR, P. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas [SP]: UNICAMP, 2007.

ROUSSEAU, J.-Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1994.

SALCEDO, D. A. Lacunas na Arquivologia contemporânea: uma perspectiva da Filatelia. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.104-113, jan./jun., 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3mNRHbR>. Acesso: 22 out. 2020

SANTOS, P. R. E. dos. **Arquivística no laboratório**: história, teoria e métodos de uma disciplina. Rio de Janeiro: Teatral, 2010.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Tradução Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

THIESEN, I. **Memória institucional**. João Pessoa [PB]: UFPB, 2013.

TRACE, C. Dentro ou fora do documento: noções de valor arquivístico. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. **Correntes atuais do pensamento Arquivístico**. Belo Horizonte [MG]: UFMG, 2016.